



GT 022. Antropologia, Estado e mobilização indígena

Kelly Emanuely de Oliveira (Universidade Federal da Paraíba) - Coordenador/a, Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UPE) - Coordenador/a, Hosana Celi Oliveira e Santos (Universidade Federal de Pernambuco) - Debatedor/a

O grupo de trabalho se propõe a estudar as possibilidades de ação de povos e organizações indígenas na atualidade, frente à garantia de direitos étnicos na esfera nacional e internacional. Propomos discutir as estratégias que os grupos indígenas vêm executando para se posicionarem politicamente frente aos sucessivos ataques pela via do poder público, seja na proposição de Leis contra direitos étnicos, na inoperância frente a sucessivas violências impetradas contra os povos indígenas ou pela criminalização de lideranças políticas. Por outro lado, tencionamos aprofundar o próprio fazer antropológico como via de ação política em defesa dos direitos étnicos.

Kuñangue Aty Guasu e Ho'unevo Sênohiko Tênoe: os movimentos de mulheres indígenas no MS

Autoria: Priscila de Santana Anzoategui, Arielly de Oliveira Amarilla

A Kuñangue Aty Guasu e a Ho'unevo Sênohiko Tênoe marcam a entrada das mulheres Guarani e Kaiowá e Terena em espaços públicos, que antes eram ocupados principalmente pelos homens. Dessa forma, os indígenas desde o final da década de 70 vem se mobilizando em suas assembleias internas a fim de questionar a estrutura política e colonialista dos não-indígenas, com a participação de entidades indigenistas desde a sua gênese. As mulheres Guarani e Kaiowá começaram a se organizar em 2006, a primeira Kuñangue Aty Guasu ocorreu em Ñanderu Marangatu, território sagrado perto do município de Antônio João, no cone sul de Mato Grosso do Sul. Já a primeira Assembleia das Mulheres Terena foi realizada em abril de 2018, na aldeia Buriti, no município de Dois irmãos do Buriti. As discussões dessas Assembleias específicas de mulheres indígenas são voltadas principalmente para a problemática da demarcação de terras tradicionais, porém, outras demandas são analisadas, como saúde, educação, segurança, geração, sustentabilidade e o protagonismo dessas mulheres na luta. Os movimentos das mulheres indígenas no MS podem ser analisados dentro da vertente do feminismo comunitário, de Julieta Paredes, já que atualmente a ideia do(s) feminismo(s) vem sido pluralizada, através das intersecções de raça, etnia, classe e geração. A luta dessas mulheres se revela uma resistência constante ao genocídio iminente que esses povos enfrentam no seu cotidiano. Essas mulheres, dentro ou fora dos seus espaços políticos, enfrentam o agronegócio, nas suas várias vertentes, a nova face do capitalismo/neoliberalismo e patriarcado.



Realização:



Apoio:



Organização:

